



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 02/2020

1 Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte, com início às quatorze horas e trinta e
2 nove minutos, foi realizada a Quarta Reunião do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de
3 Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). A reunião foi realizada via
4 webconferência. A sessão foi convocada e coordenada pelo professor Júlio Xandro Heck, Reitor do
5 IFRS; e secretariada pela servidora Cíntia Tavares Pires da Silva. Estiveram presentes os seguintes
6 membros do Colégio de Dirigentes: Júlio Xandro Heck, Reitor do IFRS; Tatiana Weber, Pró-reitora
7 de Administração; Amilton de Moura Figueiredo, Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional;
8 Lucas Coradini, Pró-reitor de Ensino; Marlova Benedetti, Pró-reitora de Extensão; Eduardo Giroto,
9 Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; Marc Emerim, Diretor de Gestão de Pessoas;
10 Fábio Azambuja Marçal, Diretor-geral do *Campus* Alvorada; Rodrigo Otávio Câmara Monteiro,
11 Diretor-geral do *Campus* Bento Gonçalves; Patrícia Nogueira Hübler, Diretora-geral do *Campus*
12 Canoas; Jeferson Luiz Fachinetto, Diretor-geral do *Campus* Caxias do Sul; Eduardo Angonesi
13 Predebon, Diretor-geral do *Campus* Erechim; Leandro Lumbieri, Diretor-geral do *Campus*
14 Farroupilha; Marcelo Lima Calixto, Diretor-geral do *Campus* Feliz; Sandra Rejane Zorzo Peringer,
15 Diretora-geral do *Campus* Ibirubá; Flávia Santos Twardowski Pinto, Diretora-geral do *Campus*
16 Osório; Fabrício Sobrosa Affeldt, Diretor-geral do *Campus* Porto Alegre; Rudinei Müller, Diretor-
17 geral do *Campus* Restinga; Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor-geral do *Campus* Rio Grande;
18 Cláudia Dias Zettermann, Diretora-geral do *Campus* Rolante; Odair José Spenthof, Diretor-geral do
19 *Campus* Sertão; Gilberto Luiz Putti, Diretor-geral do *Campus* Vacaria; Daniel de Carli, Diretor-geral
20 do *Campus* Avançado de Veranópolis; e Alexandre Martins Vidor, Diretor-geral do *Campus* Viamão.
21 A reunião foi convocada com a seguinte **pauta**: **1. Discussão da Instrução Normativa que**
22 **regulamenta o trabalho remoto para realização das atividades no âmbito do IFRS, como forma**
23 **de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19). 2. Informe do CONIF (Conselho**
24 **Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica); 3.**

25 **Informes da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI); 4. Informes da Pró-Reitoria**
26 **de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI); 5. Informes da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)**
27 **sobre Recuperação do Calendário Acadêmico e questões da Assistência Estudantil; 6. Edital da**
28 **Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) sobre ações de extensão de combate a Covid-19; 7. Informes**
29 **Gerais. Ordem do Dia. 1. Discussão da Instrução Normativa que regulamenta o trabalho remoto**
30 **para realização das atividades no âmbito do IFRS, como forma de prevenção ao contágio pelo**
31 **novo coronavírus (COVID-19).** O professor Júlio Xandro Heck iniciou a reunião relatando que foram
32 tomadas em conjunto nesse Colégio de Dirigentes todas as medidas necessárias para a prevenção
33 da saúde dos nossos estudantes e servidores contra a pandemia de coronavírus, como evitando o
34 transporte público, as aglomerações de pessoas, e deixando todos em casa; e em respeito as
35 orientações das autoridades de saúde. Diante do exposto, o reitor ressaltou também a sua
36 preocupação com o tempo que pode durar a necessidade desse isolamento social, e a necessidade
37 de nos prepararmos para um cenário mais longo. Em seguida, falou sobre a grande
38 responsabilidade dos dirigentes quanto ao andamento das atividades remotas, e com isso, a
39 necessidade de regulamentação e de proteção legal dessa prática que até o momento não
40 tínhamos no IFRS. Diante desse cenário, o reitor expôs que juntamente com toda a Gestão, mas
41 principalmente com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e Pró-Reitoria de Ensino (PROEN),
42 houve a necessidade de proposição de uma regulamentação dessa atividade remota através de
43 uma Instrução Normativa (IN). Observou que a esmagadora maioria dos nossos servidores
44 encontra-se em atividade remota neste momento, com raríssimas exceções, e que teoricamente
45 desprotegidos de regulamento institucional. Assim, apresentou os dois objetivos básicos da
46 regulamentação da atividade em trabalho remoto da proposta: proteção da chefia imediata e
47 proteção do servidor. Em seguida, apresentou as premissas que foram adotamos para a elaboração
48 desse regulamento, que listou: 1. preservação da vida: #ficaemcasaIFRS; 2. legalidade e
49 consonância com legislação vigente; 3. ser um regulamento exclusivo e específico para este
50 período de exceção; 4. ser simples e desburocratizado; 5. máximo de isonomia possível entre
51 docentes e técnicos; 6. não deixar nossos estudantes desamparados neste período; 7. permitir que
52 os servidores conciliem as demandas pessoais/domésticas com as atividades funcionais; 8. garantir
53 a execução das atividades e o funcionamento do IFRS. Ao final da exposição o reitor ressaltou que
54 temos uma portaria que suspende as nossas atividades presenciais, mas define que estamos em
55 atividades remotas e continuamos trabalhando. Informou que precisamos garantir a sociedade que

56 seguimos no trabalho. Dito isso, apresentou a metodologia adotada para a elaboração do
57 documento, a saber: DGP se debruçou na escrita do documento por questões funcionais e de
58 coordenação do processo; PROEN, PROPI (Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação) e
59 PROEX (Pró-Reitoria de Extensão) envolvidas pela nossa finalidade, para garantir que ensino,
60 pesquisa e extensão aconteçam; e CIS (Comissão Interna de Supervisão da Carreira de Servidores
61 Técnico-Administrativos em Educação) e CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente)
62 envolvidas por possuírem funções de assessoramento da Gestão, conforme os nossos
63 regulamentos institucionais. Desse modo, informou que no dia anterior houve uma reunião com
64 todos os envolvidos citados para colher opiniões, ideias e recomendações; a fim de obtermos um
65 documento minimamente consensuado antes de trazer a discussão ao Colégio de Dirigentes. Nesse
66 momento, o professor Júlio solicitou que o Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim
67 apresentasse aos dirigentes o documento e os destaques feitos nas discussões com os envolvidos
68 para que os diretores também fizessem as suas considerações. O reitor falou que nas demais
69 instituições da rede federal, a sua grande maioria já possui essa regulamentação. Pelo *chat* público
70 da webconferência houve algumas manifestações: a diretora Patrícia Nogueira Hübler elogiou o
71 trabalho da DGP; o diretor Rudinei Müller escreveu que como estamos vivendo um momento
72 político complexo, ele pensava ser importante termos um documento dessa natureza, e que
73 precisamos cuidar das nossas comunidades, e também questionou se o documento compartilhado
74 no *drive* poderia ser socializado com todos os servidores; o diretor Alexandre Martins Vidor
75 questionou que seria melhor socializar o documento antes no CD em uma próxima vez, mas que
76 pela situação estava plenamente justificado, e também observou que poderíamos sair mais
77 fortalecidos em uma próxima situação. O diretor Marc Emerim cumprimentou a todos e iniciou a
78 sua fala relatando as discussões da reunião do dia anterior. Informou que foi feita uma leitura do
79 texto na íntegra, que os apontamentos decorrentes da reunião foram muito oportunos, com
80 discussões de muitos itens, e que foi um momento bastante válido. Disse, que foram questionados
81 pelas representações se poderiam disponibilizar o documento para os servidores, o que não foi
82 visto problema pela Gestão. Desculpou-se por ter enviado o documento ao CD apenas hoje pela
83 manhã, pois não conseguiu enviar para todos ao mesmo tempo, e justificou que muitas
84 orientações estão ocorrendo ao mesmo tempo e de uma maneira muito rápida, o que dificultou a
85 conclusão do trabalho. Assim, falou que como já foi um documento discutido de antemão com a
86 CIS e a CPPD puderam trazer ao Colégio de Dirigentes um texto da regulamentação com

87 apontamentos e pontos já discutidos. Ponderou que o aspecto discutido com os servidores na
88 reunião do dia anterior teve uma visão de direitos, e com os dirigentes seria mais um olhar quanto
89 gestão. Falou da importância do documento para facilitar as nossas práticas; blindar as ações
90 institucionais; e resguardar a instituição frente a possíveis explicações aos órgãos de controle.
91 Questionou aos dirigentes se gostariam que ele fizesse a leitura do documento na íntegra ou se
92 eles queriam fazer a discussão por destaques. Pelo *chat* público a maioria dos diretores escreveu
93 que por destaques. Também pelo *chat* público da webconferência houve mais algumas
94 manifestações: o diretor Jeferson Luiz Fachinetto Fachinetto observou que a CPPD e CIS
95 compartilharam com os colegas do *campus* este documento e que esta em edição, e ainda sendo
96 modificado com sugestões; a maioria dos diretores confirmou o compartilhamento do documento
97 nos seus *campi* e o início das discussões também. Nesse momento, o reitor Júlio opinou que não
98 há como não compartilhar documentos expostos às discussões no IFRS, e confirmou a
99 possibilidade dizendo que faz parte do processo democrático. Seguindo a sua fala, o diretor Marc
100 Emerim informou bastante oportuno esse compartilhamento e a ampla discussão. Ele abriu o
101 documento de foi analisado por destaques. O 1º (primeiro) destaque foi no art. (artigo) 1º que foi
102 lido: *Art. 1º REGULAMENTAR o trabalho remoto para realização de atividades no âmbito do IFRS,*
103 *enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.* E em seguida
104 foi lendo os destaques recebidos dos diretores e pedindo que cada um esclarecesse as suas
105 sugestões. Leu o destaque do diretor Daniel de Carli que sugere que faltou uma referência em qual
106 nível de emergência, e que referenciou o art. 21 (vinte e um) que o fundamenta, o diretor Marc leu
107 o trecho: [...*estado de emergência de saúde pública de importância internacional...*]. Informou que
108 o diretor do *Campus* Veranópolis sugeriu colocar esse artigo para o início da instrução. O diretor
109 Daniel de Carli explicou que fez essa sugestão como uma forma de fundamentação jurídica já no
110 início do documento, o art. 2º (segundo) remete novamente ao art. 1º, o que ele considerou que
111 muito vago. Disse ser apenas uma melhora na forma de redação. O diretor Marc acolheu o
112 destaque e considerou deixar a redação mais aproximada a do art. 21, pois ficaria melhor.
113 Destaque acolhido. O 2º destaque foi no art. 4º (quarto) que foi lido: *Art. 4º Os horários de*
114 *funcionamento remoto deverão ser realizados de segunda a sexta das 8h às 12h e das 13h às 17h,*
115 *com intervalo para refeição.* Leu o destaque da diretora Flávia Santos Twardowski Pinto que
116 informou que os colegas no *Campus* Osório ponderaram atividades no turno da noite, pois por terem
117 cursos noturnos, achavam que o atendimento aos estudantes deveria ocorrer também no turno da

118 noite, e no horário das suas aulas. A diretora Flávia explicou que o questionamento dos colegas foi
119 no sentido de como fazer um atendimento de orientações de TCC (Trabalho de Conclusão de
120 Curso) e disponibilização de materiais para alunos que estão trabalhando em mercados, por
121 exemplo, e que por ventura precisasse de um atendimento no turno da noite. Explanou que os
122 servidores colocaram essa possibilidade de previsão em seus Planos de Trabalho, para esses
123 estudantes, e nesse sentido que fosse incluída neste artigo. Diante do exposto, o diretor Marc
124 sugeriu a inclusão de um parágrafo nesse artigo e adiantou um destaque da diretora Patrícia ao
125 final do documento que também caberia nesse momento. Falou que entende também que a
126 jornada de trabalho possa ser flexibilizada em alguns casos, como por exemplo, servidores com
127 filhos pequenos; gestantes, lactantes; grupo de risco; servidores que estão com a Covid-19, ou que
128 cuidam de familiares com a doença, casos de necessidade de quarentena. Ponderou alguma
129 previsão para que as pessoas que não tenham condições de fazer o horário da proposta possam
130 ser resguardadas de alguma maneira. Por fim, sugeriu um parágrafo único considerando a análise
131 de todas as questões apresentadas. Destaque acolhido. Pelo *chat* público da webconferência
132 houve algumas manifestações: o diretor Odair José Spenthof questionou que o turno da noite não
133 é diferente do turno do dia já que funcionamos em três turnos, e observou deixar a possibilidade
134 de turno noturno para docentes e técnicos, pois também é nosso horário de trabalho; o pró-reitor
135 Lucas Coradini escreveu que teve proposta na reunião de ontem com CIS e a CPPD desse horário
136 ser definido POR SETOR, de acordo com as suas características, tornando mais flexível, e abrindo a
137 possibilidade para o turno da noite. Na opinião do reitor a observação escrita pelo Lucas no *chat*
138 público contemplaria a todos. O diretor Alexandre Jesus da Silva Machado sugeriu apenas alterar e
139 colocar a possibilidade de trabalho no turno da noite. O reitor falou que na construção do
140 documento pensaram em deixar a critério dos *campi*, mas acharam que seria melhor para os
141 diretores essa padronização. Pelo *chat* público, o diretor Odair concordou com a observação do
142 diretor-geral de Rio Grande e sugeriu colocar conforme a característica de cada setor. O 3º
143 (terceiro) destaque foi no art. 5º(quinto), inciso II, que foi lido: *Art. 5º Os servidores que se*
144 *encontrem realizando trabalho remoto nos termos desta Instrução Normativa deverão: [...] II –*
145 *manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos nos dias úteis e horário de*
146 *funcionamento da unidade; [...].* Leu o destaque da diretora Flávia que sugeriu alterar a palavra
147 “manter” por “procurar”, pois podem ocorrer problemas com operadoras que dificultem o contato
148 com o servidor. O diretor Marc concordou com o atenuamento da normativa, e relatou o caso de

149 uma colega que onde ela mora não tem sinal de aparelho celular. Destaque acolhido. O 4º
150 destaque foi no art. 7º (sétimo) que foi lido pelo diretor Marc: *Art. 7º Durante o período de*
151 *trabalho remoto, os servidores deverão desempenhar as atividades relacionadas às atribuições do*
152 *seu cargo/unidade de exercício, no horário de funcionamento da mesma, excetuando-se casos*
153 *excepcionais que serão avaliados pelo gestor de cada unidade*. Leu também o destaque da diretora
154 Flávia na forma de questionamentos, quais sejam, Esse item se refere a horário flexibilizado? O que
155 seriam casos excepcionais? Poderá ser contemplada a situação de servidores com crianças por não
156 ter escola nesse momento? Poderá ser contemplada a situação de servidores docentes que atuam
157 nos cursos noturnos e que pretendem disponibilizar um horário diferenciado aos alunos nesse
158 turno e não previsto pela instituição? O diretor Marc respondeu aos questionamentos. Disse que
159 os casos excepcionais são os elencados na Portaria 91 (noventa e um) do Ministério da Educação
160 (MEC) e que essa previsão tira a discricionariedade dessas situações. Quanto a flexibilização do
161 horário, expôs que alterando o art. 4º analisado anteriormente, esse deve ser alterado e
162 construído na mesma medida para que fiquem sintonizados. Ponderou formas das chefias
163 construírem juntamente com os servidores soluções específicas de cada um, e o artigo seria nesse
164 sentido. O 5º destaque foi no art. 13 (treze), inciso I, que foi lido pelo diretor Marc: *Art. 13 Sem*
165 *prejuízo das atividades designadas ao servidor docente por sua chefia imediata, são atividades*
166 *recomendadas para o plano de trabalho remoto, no escopo do que prevê a Resolução CONSUP nº*
167 *082/2011, e segundo a atual demanda institucional: I - Disponibilização aos estudantes de*
168 *conteúdos em formato digital relacionados aos componentes curriculares dos cursos, utilizando*
169 *recursos pedagógicos diversos, através do ambiente virtual Moodle ou do SIGAA; [...]*. O diretor
170 Marc anunciou que faria o relato de todos os destaques e após abriria para discussão. Falou que a
171 diretora Cláudia Dias Zettermann sugeriu alterar a redação para “preparação e disponibilização” no
172 início do inciso, pois entende serem as duas coisas; o diretor Marcelo Lima Calixto ponderou o
173 inciso que versa “em formato digital” e questionou quanto aos estudantes que não tem acesso a
174 esse formato. Também quanto a redação “utilizando recursos pedagógicos diversos” sugeriu
175 colocar como novo item ou retirado; visto que o inciso se refere a disponibilização de materiais e
176 aos ambientes virtuais. Em relação ao Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning*
177 *Environment*), falou que a diretora Flávia diz que podem ser incluídos outros meios como *Google*
178 *Classroom* ou *Google Drive*, e argumenta que alguns estudantes não dominam e não conhecem
179 alguns ambientes virtuais, a sugestão é incluir outras formas possíveis de disponibilização de

180 materiais. O diretor Marc ainda informou que o diretor Odair fez uma consideração sobre o SIGAA
181 (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) e lembrou que só podemos normatizar
182 aquilo que pode ser feito para todos, e disse que ele questionou se o *Moodle* dava conta, e se o
183 pessoal não iria entender como atividade letiva, sendo que o calendário está suspenso, e que
184 temia ter problemas na reposição futura. O diretor Odair explicou o seu destaque, e falou que em
185 sua opinião seria uma questão de melhorar o texto, pois receia quando se fala em conteúdos
186 pedagógicos e trabalhos, se não estamos recuperando dias letivos. Lembrou da pressão dos
187 estudantes e dos professores fazendo a cobrança por esses dias letivos, sendo que o calendário
188 está suspenso. Concordou com orientações de TCC e projetos de pesquisa, mas o que se refere a
189 conteúdos programáticos de disciplinas disse acreditar que possa gerar algum problema. Nesse
190 mesmo contexto, o diretor Odair lembrou do Parecer 19 (dezenove) de dois mil e dezenove do
191 Conselho Nacional de Educação (CNE), e que parecer semelhante também foi feito na época da
192 epidemia de H1N1, e que o referido parecer permitia o não cumprimento dos 200 (duzentos) dias
193 letivos por se tratar de questão excepcional. Sugeriu ainda uma consulta ao CNE nesse sentido.
194 Enfatizou que o documento não poderia dar uma ideia de conteúdos de aula, pois observou que
195 muitos estudantes que residem no interior não tem nenhum sinal de internet. Apontou serem os
196 receios que gostaria de compartilhar com os colegas, pois entende que só podemos normatizar o
197 que pode ser cumprido. Pelo *chat* público da webconferência, o pró-reitor Amilton respondeu ao
198 questionamento do diretor Odair se o nosso *Moodle* comportava essa demanda dizendo que sim,
199 mas também dizendo que temos outras alternativas de TICs (Tecnologias da Informação e
200 Comunicação). Nesse momento, o reitor Júlio tomou a palavra e informou que o CONIF já está em
201 tratativas com o MEC para relativizar os 200 dias letivos, e que talvez tenha esquecido de informar
202 aos dirigentes na última reunião. Informou também que está pacificado que esse parecer referido
203 não vale mais e precisa-se de um novo entendimento de relativização dos dias letivos. Ressaltou
204 que esse documento de regulamentação apresentado não tem como objetivo contar como
205 atividade letiva, e ressaltou o parágrafo que faz essa previsão no texto. Concordou com o diretor
206 Odair na parte que diz respeito ao cuidado com a palavra conteúdo. O diretor Leandro Lumbieri
207 observou que no início do art. 13 está escrito que as atividades são “recomendadas”, e em seguida
208 no art. 14 (quatorze) a redação versa que “devem”, questionou o diretor Marc e os colegas
209 dirigentes nesse sentido. O diretor Marc concordou que deve haver um cuidado com a redação
210 nesse sentido, desculpou-se pela elaboração rápida do documento, disse que seria analisado, e

211 julgou pertinente a observação do diretor do *Campus* Farroupilha. Destaque acolhido. Na
212 sequência, o reitor passou a palavra ao pró-reitor Lucas Coradini. O pró-reitor de Ensino iniciou a
213 sua fala dizendo que foi feita essa normativa para uma excepcionalidade, e que ela tem prazo de
214 validade, elaborado para o tempo que durar o trabalho remoto. Ressaltou a importância de se
215 registrar que fazemos o trabalho remoto nesse período, e de como o fazemos. Também falou da
216 importância de deixar claro que servidores e estudantes não estão em férias. Em sua opinião, com
217 o Ofício 03 (três) da PROEN e com os dois parágrafos do art. 13, ficou muito claro que a
218 disponibilização de conteúdos e materiais para os estudantes não representam em nenhuma
219 hipótese substituição de aulas presenciais por aulas à distância (EAD), e que muito menos poderá
220 ser utilizado no cômputo das atividades, por uma série de razões expressas no ofício referenciado.
221 Ponderou que pelo contexto dos nossos *campi*, pela capacidade técnica de atender, e falta de
222 acesso a estudantes a internet, entende-se que se a solução não é para todos, ela não é justa.
223 Falou que na educação profissional há a questão das atividades práticas que são essenciais, e
224 haveria um prejuízo enorme na formação dos nossos estudantes se essas aulas fossem substituídas
225 por EAD. Também lembrou da sua preocupação em justificar como docentes e discentes irão se
226 ocupar nesse período de suspensão, que poderá se estender, e que corremos um risco grave de
227 evasão escolar. Além disso, o pró-reitor enfatizou a importância de mantermos a saúde mental dos
228 estudantes e ocupá-los de uma forma produtiva. Salientou o risco grave de abandono escolar
229 nesse período, e questionou porque não ocupar os estudantes de uma forma produtiva, ou seja,
230 antecipar conteúdos; revisar conteúdos; recomendar leituras e filmes; enviar materiais
231 complementares; que sirvam tanto para manter o vínculo institucional como para auxiliar no
232 futuro de uma forma a agregar na recuperação dos conteúdos. Elencou o sentido da proposta, a
233 saber: manter o vínculo com o estudante; mantê-los ocupados; disponibilizar materiais; e
234 disponibilizar um tempo para atender as suas dúvidas. Expôs que sua equipe entende o elencado
235 no art.13, itens I a IV, como recomendável e prioritário. Disse achar coerente a observação do
236 diretor Leandro quanto ao art. 14, mas ressaltou importante exaltar a prioridade dos itens I ao IV.
237 Continuando as respostas aos questionamentos, o pró-reitor Lucas esclareceu ao questionamento
238 da diretora Flávia quanto a previsão no texto apenas das ferramentas SIGAA e *Moodle*, e não
239 outras possibilidades como *email*, *Google Drive* ou *whatsapp*. Informou que o IFRS normatiza como
240 único ambiente virtual à distância reconhecido o *Moodle*, e que o SIGAA foi listado por possuir
241 ferramentas interessantes, como *chats* e salas virtuais. Sua equipe entendeu importante delimitar

242 ferramentas oficiais do IFRS, para não causar uma grande confusão para os alunos. Além disso,
243 esses sistemas atendem a necessidade de capacitação dos professores nessas plataformas oficiais.
244 Observou que dos 1.200 (mil e duzentos) professores, apenas 89 (oitenta e nove) fizeram a
245 capacitação à distância, e ressaltou a importância da capacitação na plataforma *Moodle* dos
246 professores para reconhecimento dos nossos cursos que utilizam carga horária EAD. Enfatizou ser
247 esse período a oportunidade de capacitação para os nossos docentes. O reitor Júlio apontou a
248 todos uma sugestão de texto escrita pela diretora Sandra Rejane Zorzo Peringer no *chat* público, a
249 saber: “acrescentar desenvolvimento de atividades burocráticas e administrativas relacionadas à
250 docência (preenchimento do SIA/SIGAA; revisão de planos de ensino; elaboração de planilhas para
251 notas dos alunos; criação de *email* das turmas, etc...); também acrescentaria revisão e elaboração
252 de materiais didático-pedagógicos a serem utilizados em aula no retorno (planejamento docente,
253 leituras)”. O reitor Júlio se manifestou a favor da sugestão da diretora Sandra, mas sugeriu a troca
254 da palavra "burocracia" pela palavra "administrativa", que a seu ver ficaria melhor. O diretor Fábio
255 Maçal falou que a forma de comunicação do documento tem que ser muito clara, pois não vai
256 contar como dias letivos, redobrando os trabalhos dos nossos docentes. Lembrou o cuidado de
257 uma construção desigual para os nossos alunos, e ponderou os que não tenham equipamentos
258 para trabalhar em casa, e por fim, observou a clareza de todos quanto a um documento que
259 poderá não tratar de forma igual todos os nossos estudantes. O diretor Alexandre Machado disse
260 que iria falar como diretor e como pai de aluna do Instituto, e relatou que os alunos já estão
261 acostumados a receber materiais dos professores em ambiente virtual. Concordou com o pró-
262 reitor Lucas, e sugeriu que fosse colocado no texto ambientes virtuais e mais nada. Disse que foi
263 questionado pelos professores que observaram entender muitas tarefas como um retrabalho, pois
264 na recuperação entendem que terão que fazer tudo novamente. O diretor Alexandre Martins Vidor
265 sugeriu que devido ao retrabalho dos professores, fosse diminuída a porcentagem de cinquenta
266 por cento, descrita no art. 14 (quatorze), e nesse item sugeriu um terço. Lembrou de outros
267 aspectos importantes nesse momento, e que as comunidades já estão se mobilizando, como por
268 exemplo, listou: fabricação de álcool gel em Bento Gonçalves; pesquisas aplicadas à projetos de
269 extensão; consultorias na área de gestão a pessoas físicas, jurídicas, e cooperativas em relação a
270 recuperação da economia; projetos com a comunidade que possam servir para se computar nessa
271 carga horária. O diretor Rudinei Müller concordou com as falas dos diretores Odair, Vidor, e Fábio.
272 Ponderou que não podemos caracterizar como atividades letivas ou qualquer aspecto parecido

273 essas atividades descritas nesse documento, e que também temos que cuidar para não criarmos
274 diferenças entre os nossos estudantes. Informou que o *Campus* Restinga criou um Comitê
275 Pedagógico, sob a coordenação da Diretoria de Ensino, e que fazem parte todos os Coordenadores
276 de Cursos a fim de fortalecer o vínculo com os nossos estudantes. Elogiou a construção do texto do
277 documento e que para ele, os nossos servidores se sentirão mais confortáveis em termos na
278 redação os cuidados que estão sendo apontados. O diretor Odair retomou a palavra e parabenizou
279 o documento por carecermos dessa normativa que é muito importante. Todavia chamou a atenção
280 para item IV do art. 13, que foi lido: *Desenvolvimento de cursos para a educação a distância e*
281 *produção de materiais didáticos digitais, na área de atuação do servidor, preferencialmente*
282 *relacionados a componentes curriculares constantes em seus encargos no semestre*. Em seguida
283 observou que esta redação remete a componente curricular, conteúdo do componente curricular,
284 e ao plano de trabalho docente do semestre, e este último é o documento que regula os encargos
285 e a carga horária do docente. Em sua opinião teríamos problemas com esta redação, embora o
286 parágrafo segundo diga não ser dias letivos e carga horária, o professor pode alegar que o
287 conteúdo foi dado e terá como comprovar essa atividade. Sugeriu a exclusão do item IV, ou
288 colocaria um adendo, desde que o EAD esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), se
289 for o caso. Elogiou a ideia da diretora Sandra. A diretora Patrícia fez uma fala e concordou com o
290 professor Odair e sugeriu a seguinte redação: *Desenvolvimento de cursos para a educação a*
291 *distância e produção de materiais didáticos digitais*. Para a diretora, a nova redação ficaria
292 independente de conteúdo e PPC. O diretor Marc referenciou também a sugestão da diretora
293 Cláudia inserida no *chat* público que foi lida por ele: “penso que se as ações são complementares,
294 para evitar a evasão e dar um alento aos estudantes parados, qualquer forma que facilite o acesso
295 deva ser considerada. Também sou mãe de adolescente e escuto do meu filho que quanto mais
296 próximo da realidade dele com as mídias, mais interessante a utilização. Sinto pelos estudantes
297 que não tem acesso, pois Rolante também sofre este problema, de forma semelhante à Sertão e
298 Alvorada, por isso, acredito que atividades complementares devam se restringir ao que apenas
299 complementa”. Na sequência, o diretor Marc também leu a sugestão da diretora Sandra escrita
300 com *chat* público: “o colega Edimar sugere que no artigo 13, a orientação de TCC entraria no item
301 II, porém eu acredito que deveria ter um item explícito para orientações de TCC e estágio
302 extracurricular, bem como orientação de escrita de relatórios de estágio”. Ele respondeu para a
303 diretora Sandra que o assunto já foi pautado na reunião de ontem, e há uma proposta de uma

304 colega da CPPD de Osório nesse sentido, disse que já estava sendo analisada e considerada essa
305 alteração. O diretor Alexandre Machado fez uma última observação quanto ao ambiente virtual se
306 ficariam apenas os oficiais, ou seja, plataforma *Moodle* e SIGAA, conforme a exposição do pró-
307 reitor de Ensino. Não houve manifestações contrárias. Continuando aos destaques, o diretor Marc
308 leu o próximo item a ser discutido, ainda no art. 13, inciso II: *Atendimento remoto aos estudantes,*
309 *em horário determinado e tornado público no site institucional, correspondendo a, no mínimo, 4h*
310 *semanais*. Solicitou que a professora Flávia explicasse o destaque nesse inciso. A diretora Flávia
311 informou que os docentes observaram que as dúvidas dos alunos poderiam ser as mesmas e
312 sugeriram um único email para responder de forma única a todos. O diretor de Gestão de Pessoas
313 respondeu que essa questão do atendimento é realmente uma dificuldade, e leu na sequência a
314 observação do diretor Marcelo Calixto feita pelo *chat* público que lembrou os estudantes que não
315 tem acesso a internet e de como faríamos esse atendimento. O diretor Marc explicitou ser um
316 gargalo que tínhamos, e pediu que todos pensassem uma maneira de como resolver esse
317 atendimento. Novamente a diretora Flávia se manifestou sobre o assunto e fez um depoimento de
318 estudantes que não puderam ir à FEBRACE (Feira Brasileira de Ciência e Engenharia) na semana
319 passada, e que estão apresentando os seus projetos de pesquisa de forma virtual, cada um em
320 suas casas. Assim, narrou que muitos estudantes não tinham internet, alguns eram das escolas de
321 Osório, e também não tinham celular ou microfone. Todavia, esses alunos buscaram de alguma
322 forma participar, e ontem terminou a primeira rodada de apresentações com pesquisadores da
323 UNESP (Universidade Estadual Paulista), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e USP
324 (Universidade de São Paulo). Ela disse que estava contando o caso de apenas quatorze estudantes,
325 mas que mesmo sendo difícil, sem acesso a internet, eles se empenharam em participar. Observou
326 que foi uma forma que a USP encontrou para a apresentação dos trabalhos, embora algumas salas
327 não tinham todos os participantes presentes, as avaliações, relatórios e *posters* enviados de
328 antemão pelos participantes foram analisados. Com o relato, a diretora Flávia ponderou que os
329 dirigentes não irão encontrar a melhor forma, mas esta é a forma possível que os dezessete *campi*
330 têm de dar uma resposta à comunidade. Nesse momento, o diretor Marcelo Calixto, que estava
331 sem microfone durante a webconferência, solicitou ao diretor Marc que fizesse a leitura da sua
332 opinião sobre o assunto escrita por ele no *chat* público, o que foi feito: “não sou contra o
333 documento e concordo com o que já foi comentado pelos colegas, mas esse item, como o anterior
334 em que comentei, não está levando em conta as dificuldades que o isolamento social rígido impõe

335 a uma parcela significativa de nossos discentes, seja no que toca aos acessos aos recursos
336 materiais imprescindíveis para as tarefas a distância, seja no que tange às aflições cotidianas e
337 familiares que a pandemia provoca”. Antes de iniciarem a análise do próximo destaque, o reitor
338 Júlio esclareceu ao diretor Vidor que o valor de cinquenta por cento da carga horária semanal do
339 plano de trabalho remoto docente, descrita no art. 14, estava de acordo com a Resolução 82
340 (oitenta e dois) de 2011 (dois mil e onze) que regulamenta a atividade docente no IFRS. O pró-
341 reitor Lucas confirmou esse percentual e a regulamentação utilizada. Esclareceu também que foi
342 feito no documento um paralelo com a Resolução 82, pois ela justifica as atividades de ensino e
343 coloca um mínimo e máximo para horas-aula; para atendimento ao estudante; e para a preparação
344 didática. Explicou que foram utilizados esses três elementos quantificados na resolução, e o
345 entendimento foi ainda mais amplo, já que foi incluso a capacitação. A diretora Claudia observou
346 que no momento que respondemos um email do estudante, isso é atendimento, e sugeriu deixar
347 esse item o mais abrangente possível, retirando a parte final do item e deixando com a seguinte
348 redação: *Atendimento remoto aos estudantes, por meio de email*. O diretor Fábio Marçal
349 questionou se o art. 13 como um todo seria uma sugestão de indicação de atividades, pois receia
350 estarmos demandando e passando tarefas aos servidores em um momento de muita turbulência
351 na casa das pessoas em geral. Assim, falou que se alguém alegar alguma dificuldade familiar, ou
352 até de saúde mental nesse momento, não teríamos como obrigar a fazer as atividades sugeridas no
353 artigo. O reitor e o pró-reitor Lucas concordaram com as preocupações do professor Fábio. O pró-
354 reitor Lucas enfatizou que o espírito do artigo é uma “recomendação”, pois foi considerado na
355 elaboração do documento todas essas situações e dificuldades que envolvem o momento para
356 servidores e estudantes. Falou que as atividades são recomendadas e não se pode exigir nenhum
357 retorno dos discentes em relação a elas, nem como conteúdos dados, nem como avaliação, e
358 muito menos no cômputo de dias letivos, por isso está expresso e claro na redação do documento.
359 Sobre os estudantes que tem ou não acesso à internet, o pró-reitor Lucas discordou dos demais
360 colegas, justificou que estaríamos fazendo diferença entre os estudantes se exigíssemos qualquer
361 coisa a respeito dos conteúdos aplicados nesse período, pois o estudante que não tem o acesso
362 digital terá a sua recuperação de aula presencial garantida no retorno. Questionou porque não
363 aproveitar esse período que pode ser de um, dois ou três meses para disponibilizar algo para quem
364 tem acesso. Ressaltou ser esta a intenção do artigo, ou seja, de manter o vínculo dos estudantes
365 com a instituição, sem exigência ou qualquer retorno deles. O diretor Marc tranqüilizou os

366 dirigentes que quanto às circunstâncias pessoais dos servidores, já há um série de formulários
367 construídos, e será feito um acolhimento com as diversas situações. Informou que a DGP dará todo
368 um suporte aos servidores nesse sentido. Ressaltou a importância do instrumento elaborado como
369 orientação para servidores e chefias, e que embora uma série de questões levantadas não possam
370 ser atendidas, é um documento norteador para as nossas práticas, e lembrou que seremos
371 cobrados pela sociedade e órgãos de controle por não termos essa normatiza em um futuro
372 próximo. O reitor lembrou as premissas basilares do documento, ou seja, simplicidade,
373 desburocratização, e que permita aos servidores cuidarem de suas famílias. O diretor Rodrigo
374 Otávio Câmara Monteiro elogiou o trabalho da DGP, juntamente com a CIS, CPPD, e CD, mas expôs
375 a sua preocupação de como ele irá chegar às comunidades. Ressaltou que essas premissas
376 deveriam ser reforçadas para que a comunidade entenda, pois nunca se terá algo cem por cento,
377 mas que na sua visão estava muito bem construído. O 6º destaque foi no art. 14 (quatorze), que foi
378 lido pelo diretor Marc: *Art. 14 Deverá ser destinado, no mínimo, 50% da carga horária semanal do*
379 *plano de trabalho remoto docente ao cumprimento dos itens I a IV elencados no Art 13.* O diretor
380 Marc Emerim leu o destaque da diretora Flávia, trazido pela CPPD, que dizia que precisava
381 melhorar a redação, pois conforme apontamento da reunião do dia anterior, o docente poderá
382 escolher entre esses quatro itens e como irá distribuir os cinquenta por cento da carga horária. O
383 DGP confirmou que foi explicado na reunião dessa forma. Seguindo a leitura informou que
384 questionaram se os itens I e II eram obrigatórios, e observaram que o item I pode ser realizado
385 combinado com o item IV, com a disponibilização de materiais que podem atender tanto os
386 estudantes como a comunidade externa. A diretora Flávia fez o esclarecimento das propostas.
387 Informou que os cursos seriam abertos tanto a comunidade interna como externa para que não
388 precisassem trabalhar em dois cursos através do *Moodle*, e questionaram se podem fazer isso
389 como forma de extensão. Em relação aos cinquenta por cento da carga horária, os docentes
390 questionaram ao encontro da observação do diretor Vidor, mas observou já esclarecido pelo pró-
391 reitor de Ensino que disse seguir a Resolução 82. O diretor Marc esclareceu que o objetivo desses
392 cinquenta por cento é de que os servidores façam preferencialmente aquelas atividades descritas
393 nos incisos I ao IV, e que estas prevaleçam sobre as demais. Falou que a leitura do documento seria
394 mais nesse sentido do que quantificar horas. Lembrou que todos os instrumentos do Ministério da
395 Economia descrevem que a jornada de trabalho pode ser flexibilizada, mas que em nenhum
396 momento dispõem que abrem mão da jornada de trabalho dos servidores, e temos que pensar que

397 deverá haver uma justificativa futura. Abriu a palavra para sugestões, disse que estavam abertos,
398 mas ressaltou que para ele o argumento do pró-reitor Lucas Coradini já seria bem consistente
399 nesse assunto. O reitor Júlio sugeriu que o percentual de cinquenta por cento da carga horária, no
400 art. 14, fosse recomendado e não descrito como um dever. Destaque do reitor de recomendação
401 foi acolhido por consenso pelos dirigentes. O 7º destaque foi no art. 17 (dezessete), que foi lido
402 pelo diretor Marc: *Art. 17 O plano de trabalho dos servidores deverá ser elaborado entre a chefia*
403 *imediate e o servidor, no prazo de 15 dias, através de comunicação a ser realizada pelo e-mail*
404 *institucional.* O diretor Marc leu a dúvida do professor Odair nesse item, referente quanto aos dias
405 que já passaram, e respondeu ser uma dúvida muito pertinente, pois será colocada nas disposições
406 finais do documento uma convalidação do trabalho remoto já realizado antes da instrução
407 normativa. Assim, explicou que esse artigo não seria modificado, e que seria criado um dispositivo
408 ao final, no art. 23 (vinte e três) que foi lido. Informou que o Departamento de Normas e
409 Legislação da Reitoria já estava trabalhando na análise jurídica do texto para acrescentar essa
410 previsão. O reitor Júlio observou que antes da operacionalização será feita uma webconferência da
411 DGP com as Coordenadorias de Gestão de Pessoas (CGPs) para exposição e orientação de todos, e
412 falou para o diretor Odair que a convalidação dos quinze dias já decorridos será inevitável. O
413 diretor Marc informou que da rede federal, apenas São Paulo e Tocantins tinham o trabalho
414 regularizado, os demais o fazem agora igualmente ao IFRS. O 8º destaque foi no art. 19
415 (dezenove), que foi lido pelo diretor Marc: *Art. 19 Os servidores ao término da suspensão das*
416 *atividades presenciais deverão em até 15 dias: I. providenciar cópia física do plano de trabalho*
417 *remoto com a assinatura da chefia imediata; II. realizar a entrega do plano de trabalho remoto na*
418 *Gestão de Pessoas de sua unidade.* Leu a seguir o destaque do professor Odair que observa que
419 não são todos os setores, e que seria um conjunto com o art. 20 (vinte). Na sequência, o diretor
420 Odair expôs que é um conjunto com o artigo vinte, pois o mesmo prevê uma sanção para a não
421 entrega do plano, e disse que para ele não seriam todos os servidores que fariam trabalho remoto,
422 pois nem todos têm infraestrutura para o trabalho em casa. O reitor Júlio esclareceu que
423 obrigatoriamente o servidor terá que elaborar um plano de trabalho dentro das opções
424 apresentadas, pois todos estão afetos a portaria de suspensão das atividades presenciais. O diretor
425 Odair questionou se com a abertura de um processo poderia ocorrer algum desconto de salário
426 dos servidores. O reitor respondeu que não havia essa possibilidade. Referente as discussões de
427 prazos, o diretor Leandro Lumbieri fez referência ao prazo do art. 17 de 15 (quinze) dias, pois

428 entende muito tempo para o cenário atual e sugeriu que 5 (cinco) dias úteis seria o suficiente. O
429 diretor Marc falou que o prazo na reunião não foi questionado. O reitor Júlio sugeriu o prazo de 10
430 (dez) dias. Após algumas discussões foi aceito esse novo prazo de dez dias úteis pela maioria que
431 se manifestaram pelo *chat* público. Destaque acolhido. O diretor Daniel de Carli fez um 9º
432 destaque no caput do art. 16 (dezesesseis), a saber: *Art. 16 Na impossibilidade de realização em sua*
433 *totalidade das atividades regularmente atribuídas ao servidor de forma remota, a carga horária*
434 *semanal deverá ser complementada com a realização de: [...].* Falou que entende que o plano de
435 trabalho dos servidores têm que fechar as 40 (quarenta) horas semanais contando as atividades
436 elencadas nos incisos do artigo, e que isso é uma obrigatoriedade e não uma opção. Questionou do
437 DGP sobre o artigo. O diretor Marc observou que deverá haver um ajuste de redação, pois a
438 flexibilidade é no sentido de quem não conseguir trabalhar às 40 (quarenta) horas semanais e
439 deverá fazer essa complementação. Ele sugeriu a inclusão de um parágrafo único. O pró-reitor
440 Lucas contribuiu falando que o servidor deverá complementar às quarenta horas semanais, nesse
441 caso, com a capacitação. O diretor Marc esclareceu que é preciso dar essa flexibilidade, pois às
442 vezes, o servidor não tem estrutura em casa para trabalhar, ou tem alguma questão pessoal,
443 todavia, precisa-se que os servidores tragam essas questões. A diretora Patrícia ponderou os
444 objetivos de resguardar as chefias e servidores, mas chamou a atenção para a descrição de
445 atividades feitas, planejadas e realizadas, pois esta é uma situação emergencial. Na opinião da
446 diretora, não deveriam constar quarenta horas contabilizadas, tanto para técnicos como para
447 docentes, e sim as atividades realizadas. Respondendo a questão, o diretor Marc falou que todas
448 as atenuantes, os anexos, terão que ser elencadas pelo servidor, e em relatório a forma de
449 organizar seria pela atividade prevista. Concordou com a opinião do diretor Daniel de que não
450 podemos adotar medidas mais rígidas do que aquelas do trabalho presencial. O reitor Júlio falou
451 que o servidor assina e é responsável pelas suas atividades que estarão coerentes com a sua carga
452 horária. O diretor Marc fez um comparativo com a AGU (Advocacia Geral da União) que preocupa-
453 se com a realização da tarefa e com uma meta de trabalho, sem preocupação da carga horária, e
454 ressaltou ser uma ideia nova, mas que é a opção do momento. O reitor Júlio confirmou a intenção
455 da norma e a confiança na fé pública que tem o servidor na execução do seu trabalho. O 10º
456 destaque foi no art. 20 (vinte), que foi lido: *Art. 20 A Gestão de Pessoas de cada unidade,*
457 *encerrado o prazo de entrega do plano de trabalho remoto dos servidores, deverá em até 15 dias*
458 *realizar a abertura de processo contendo: I. lista dos servidores em exercício no período de*

459 *suspensão das atividades presenciais; II. planos de trabalho remoto dos servidores em ordem*
460 *alfabética.* Em seguida o diretor Marc leu os questionamentos apontados pelo diretor Odair, quais
461 sejam, Abertura de processo? Qual a razão? Haverá desconto de salário? Se a atividade remota
462 não é obrigatória, nem todos os docentes realizarão. O diretor Marc achou importante esclarecer
463 que o processo é somente para organização dos planos de trabalho em um único instrumento,
464 apenas para junção de todos, nesse sentido. Não haverá desconto de salário ou qualquer coisa
465 nesse sentido. Lembrou que essa é uma maneira de se ter um registro, um histórico do que foi
466 feito, ou seja, um instrumento para algum questionamento de órgãos de controle. Os destaques
467 aos artigos da IN foram concluídos. O reitor Júlio informou que os diretores e pró-reitores também
468 foram incluídos a realizarem os seus planos de trabalho, para dar exemplo à comunidade. E falou
469 que fique claro que não queremos fazer uma cobrança para todos nesse momento, mas sim um
470 registro para resguardar chefias imediatas, gestores e servidores. Solicitou aos diretores-gerais que
471 deixassem os servidores tranquilos nesse sentido. Em seguida, pediu ao diretor Marc que falasse
472 um pouco da IN 28 (vinte e oito), de vinte e cinco de março de 2020 do Ministério da Economia
473 sobre a suspensão dos benefícios. O diretor Marc relatou o impacto negativo da referida IN, e
474 elencou os benefícios vedados e que foram elencados no art. 12 (doze) da presente
475 regulamentação discutida, e que foi lido na íntegra: *Art. 12 Durante o período de atuação em*
476 *regime de trabalho remoto, em conformidade com a Instrução Normativa do Ministério da*
477 *Economia nº 28/2020, fica vedada a concessão de: I. auxílio-transporte; II. adicional de serviço*
478 *extraordinário; III. adicional noturno; IV. cancelamento, prorrogação ou alteração dos períodos de*
479 *férias; V. adicionais ocupacionais; VI. reversão de jornada reduzida, requerida nos termos do art. 5º*
480 *da Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001, e do art. 20 da Instrução Normativa nº*
481 *2, de 12 de setembro de 2018.* Informou ponto a ponto a situação dos benefícios. Disse que o
482 auxílio-transporte provavelmente já deverá ser derrubado na rubrica de pagamento, proporcional
483 aos dias de suspensão, todavia os que estiveram trabalhando em serviços essenciais de forma
484 presencial poderão ser incluídos; serviço extraordinário está vedado sob qualquer hipótese;
485 adicional noturno está vedado sob qualquer hipótese; cancelamento, prorrogação ou alteração dos
486 períodos de férias somente poderão ser feitos pelos diretores-gerais, pró-reitores, e reitor; os
487 adicionais ocupacionais dos servidores deixam de serem recebidos nas férias nesse período. Por
488 fim, disse que achava importante destacar que esses itens são do Ministério da Economia e não do
489 IFRS. O professor Júlio esclareceu para a ciência de todos que haverá cortes dessas questões

490 apresentadas pelo Marc, mas que não são de nossa responsabilidade. Informou que o Ministério
491 da Economia já retirou algumas rubricas, e pediu o repasse aos colegas nas respostas às suas
492 comunidades. Ao final, o reitor questionou ao Colégio de Dirigentes se alguém seria contra a esse
493 documento nesses moldes, e para fechar o documento abriu a palavra para manifestação dos
494 dirigentes. O diretor Fabrício Sobrosa Affeldt foi favorável, mas observou que entende que possam
495 ser envolvidos os sindicatos e esclarecer. O reitor respondeu que isso foi considerado, mas
496 entendeu-se que a CIS e a CPPD, como órgãos de assessoramento deveriam ser consultados, e que
497 os sindicatos geralmente não participam da construção de documentos em si. E continuou dizendo
498 que havendo sugestões dos Sindicatos até segunda-feira, elas seriam contempladas sem
499 problemas e que seriam bem recebidas. O diretor Fábio Marçal foi favorável, mas chamou a
500 atenção para com o cuidado na forma de comunicar. O reitor falou que nesse sentido os diretores-
501 gerais teriam um papel de suma importância com esse cuidado em comunicar as suas
502 comunidades, e que deveriam deixar claras as premissas dessa instrução. Ampla maioria dos
503 dirigentes manifestou-se favorável ao documento. **2. Informe do CONIF.** Iniciando o item dois da
504 pauta, o reitor Júlio fez um informe sobre a nossa Emenda Parlamentar de Bancada. Informou que
505 infelizmente o Deputado Federal Giovani Cherini comunicou que estava retirando todos os 12
506 (doze) milhões de reais destinados aos Institutos Federais do Rio Grande do Sul, e transferindo
507 para o Ministério da Saúde em decorrência da pandemia de coronavírus. Também falou que não
508 foi apenas a Bancada Gaúcha que tomou essas medidas, outras bancadas seguiram o mesmo
509 procedimento de transferir recursos para ajudar a área da saúde. Expôs que solicitou ajuda para as
510 deputadas Fernanda Melchionna e Maria do Rosário que tentarão reverter essa situação, mas que
511 infelizmente, ele acreditava ser difícil pelo cenário atual. Comunicou que os reitores dos IFs do Rio
512 Grande do Sul já estão realizando um movimento de reversão. Com muito pesar, mas entendendo
513 a situação do momento, o reitor Júlio Xandro Heck comunicou formalmente aos dirigentes que à
514 princípio os quatro milhões de reais das bancadas destinados ao IFRS, que estavam sendo
515 trabalhados nos planos de investimentos dos campi pelos diretores-gerais, não serão mais
516 disponibilizados. Disse que já cobrou um ofício do deputado Giovani Cherini e da deputada
517 Fernanda Melchionna formalizando essa comunicação, para prestação de contas à nossa
518 comunidade. **3. Informes da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI).** O pró-reitor
519 Amilton de Moura Figueiredo iniciou a sua fala com informes do Comitê de Crise. Relatou que no
520 início da semana solicitou a todos um levantamento das ações nos *campi* e infraestrutura que cada

521 unidade tem, e todas as possibilidades que o Instituto teria para contribuir frente a essa crise.
522 Informou que encaminhou uma planilha que está sendo alimentada todos os dias de acordo com
523 as informações recebidas dos órgãos competentes, e havendo novidades nas unidades, que fossem
524 compartilhadas através do email enviado pelo Comitê. Informou a todos os resultados positivos
525 dos nossos *campi*, que estão sendo fabricadas mais de quinhentas *face shields* e que estão sendo
526 distribuídas às instituições de saúde. Também relatou que o *Campus* Erechim já fabricou mais de
527 setenta prontas e entregues; o CTA (Centro Tecnológico de Acessibilidade) também já fabricou
528 mais de quatrocentos e cinquenta unidades; e que tem conversado com os diretores para
529 mobilização de servidores na fabricação desses equipamentos. Falou que no grupo dos Fab Labs e
530 Habitats de Inovação tem havido uma corrente de trabalho conjunta, com compartilhamento de
531 ideias e projetos, no sentido de avançar nas ações de apoio contra a Covid-19. Lamentou a perda
532 dos recursos de bancada que viriam para equipamentos, mas ressaltou que o Instituto está
533 conseguindo dar um retorno social. Além disso, falou que não são só ações de equipamentos, mas
534 citou o exemplo da ação no *Campus* Viamão que está viabilizando cestas básicas para as aldeias
535 indígenas, e mais uma série de ações que serão disponibilizadas para os dirigentes em relatório.
536 Em seguida, sobre a falta de insumos e matéria-prima, disse que será iniciada uma campanha de
537 arrecadação de matéria-prima para fabricação dos equipamentos, e solicitou apoio de todos na
538 comunidade local para doação desses recursos. Informou que os materiais necessários estão
539 elencados na planilha enviada aos diretores. Ressaltou a importância dessa sinergia entre os
540 diretores para que apoiem outras unidades que estão fabricando esses equipamentos. Por fim,
541 reforçou a solicitação de apoio de todos nesta campanha, pró-reitores e diretores, junto a
542 empresários locais e junto as suas comunidades. Pediu que todos enviassem os emails e portarias
543 dos seus comitês locais o quanto antes. O reitor Júlio rogou a todos que mantivessem a PRODI
544 informada de todas as suas ações para efeitos de registros e divulgação. Nesse sentido, o reitor
545 ainda reforçou a importância dessa comunicação e junção das informações, pois recebeu uma
546 ligação do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau, que entre
547 outros assuntos pediu também um relatório das nossas ações. Solicitou que todos enviassem ao
548 pró-reitor Amilton as suas ações para conhecimento e relatório, a fim de que pudessem manter
549 esse controle. Também informou que os reitores dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul
550 estão fazendo um relatório único de todas as suas ações nesse momento para divulgar na
551 imprensa o esforço e a ajuda das instituições de ensino. **4. Informes da Pró-Reitoria de Pesquisa,**

552 **Pós-Graduação e Inovação (PROPPI).** O pró-reitor Eduardo Giroto informou a todos que há um
553 grupo dos Habitats de Inovação que não seria só para os *campi* que tem representante, pois disse
554 que praticamente todos os *campi* estão representados, ou com o coordenador de pesquisa, ou
555 com alguém que desenvolve alguma iniciativa na área da inovação. Assim, solicitou aos dirigentes
556 que se tiverem alguém desenvolvendo alguma iniciativa de inovação digital ou algo do gênero nos
557 seus *campi*, que informassem a PROPPI para serem incluídas no grupo Habitats de Inovação.
558 Informou que é um grupo muito motivado, que está bem integrado com a sociedade, e não
559 somente com as demandantes, mas que estão trabalhando em rede, não só entre os Institutos
560 Federais, mas também com a iniciativa privada e outras instituições. Solicitou o apoio dos
561 dirigentes ao grupo Habitats da Inovação para que eles possam dar conta das suas demandas. **5.**
562 **Informes da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) sobre Recuperação do Calendário Acadêmico e**
563 **questões da Assistência Estudantil.** O pró-reitor Lucas Coradini iniciou a sua fala lembrando o
564 apontamento da última reunião de CD sobre a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir a
565 reposição das aulas e recuperação dos dias letivos quando retornarmos as atividades presenciais.
566 Informou que o grupo está sendo constituído com membros do CD, COEN, CONSUP e PROEN, para
567 que se façam estudos das questões legais, técnicas, e das melhores formas pedagógicas para
568 recuperação do Calendário Acadêmico. Falou que o estudo e a proposta serão levados para
569 discussão no Consup. Sobre a representação do CD nesse GT, expôs que a intenção é que
570 tenhamos um diretor representante por fase de implantação. Após algumas considerações dos
571 dirigentes, os representantes do CD no GT de Recuperação do Calendário Acadêmico foram os
572 seguintes: Alexandre Jesus da Silva Machado – Fase 1; Patrícia Nogueira Hübler – Fase 2; e Fábio
573 Azambuja Marçal – Fase 3. Continuando os informes, o pró-reitor Lucas falou sobre a merenda
574 escolar. Relatou que há estudantes que precisam da ajuda e merenda escolar nesse período de
575 suspensão de atividades letivas. Assim, a PROEN entende que esse é um momento de calamidade,
576 e que essa merenda possa fazer diferença na vida de muitos estudantes. Falou sobre proposta do
577 *Campus Restinga* que se refere a utilização do recurso das ações universais da assistência para
578 aumentar o valor do auxílio dos nossos estudantes. Informou que o Auxílio Estudantil continua
579 sendo pago, mas a ideia é um aumento do valor da Assistência Estudantil nesse período de
580 calamidade e interrupção das atividades presenciais. O diretor do *Campus Restinga*, Rudinei
581 Müller, relatou que houve uma reunião entre o Comitê de Crise e o grupo diretivo do *campus*, e o
582 comitê trouxe a situação de pessoas da Restinga que além do problema do coronavírus estão

583 enfrentando o problema da fome. Todavia foi feita uma longa discussão e a posição institucional
584 de todos é de que devemos manter o isolamento social, o que impossibilita qualquer atividade na
585 rua. Assim, falou que a servidora Márcia, presente na reunião, sugeriu o fortalecimento da
586 Assistência Estudantil, e por isso ele entrou em contato com o reitor para disponibilização desse
587 valor universal, disponível para tais situações, e foi solicitado um aumento desse valor nesse
588 período e assim melhorando os valores para os alunos. Desse modo, concluiu que seríamos
589 efetivos e manteríamos a nossa postura institucional. O diretor Alexandre Vidor externou a sua
590 preocupação com a merenda escolar, pois tem alunos que precisam desse alimento, e nesse
591 momento o problema fica mais agudo. Desse modo, apesar do isolamento social, questionou ao
592 reitor se teria como de alguma forma, dentro da legalidade, transformar esse recurso da merenda
593 escolar em uma cesta básica que pudesse ser entregue com alguma regularidade as pessoas com
594 vulnerabilidade nesse momento. O reitor acolheu o assunto para discussão e encaminhamento. Em
595 seguida o diretor Odair falou que era indiscutível a nossa responsabilidade social nesse momento,
596 e colocou a situação do seu *campus* que fornece merenda para a escola onde estamos inseridos,
597 mas agora não temos aula, perguntou se eles poderiam continuar fornecendo merenda para essas
598 famílias nesse período. E colocou uma segunda questão de alimentos que o *campus* tem em
599 estoques no restaurante, pois há risco de perecimento. E por fim explanou a preocupação com o
600 recurso quando voltar o período letivo. Na sequência, o diretor Fábio Marçal relatou a forte
601 preocupação em Alvorada com essa questão e disse que a Assistência Estudantil fez um
602 levantamento e identificou vinte e sete famílias nessa situação de vulnerabilidade. Assim, estão
603 encaminhando a compra de um kit de alimentos que será distribuindo para a comunidade, e
604 questionou ao CD quanto a soluções mais definitivas, com algo mais perene. O reitor anunciou que
605 a pró-reitora Tatiana faria um compilado de ideias possíveis para o grupo. Em relação a fornecer a
606 merenda, o pró-reitor Lucas Coradini lembrou que expomos estudantes e servidores indo até o
607 *campus*, disse que achava ótima a ideia, mas deveria ser avaliado o cuidado com a exposição.
608 Relatou o que impactaria usar os recursos das ações universais para complementar o recurso dos
609 auxílios estudantis, e informou que a nossa Assistência Estudantil é pautada em três rubricas, a
610 saber: 85% (oitenta e cinco por cento) são para o Auxílio Estudantil, recurso recebido todo mês;
611 10% (dez por cento) são para os que solicitam o Auxílio Moradia; e 5% (cinco por cento) para Ações
612 Universais. Disse que atualmente temos R\$ 504.744,00 (quinhentos e quatro mil, setecentos e
613 quarenta e quatro reais) para as ações universais, e 5.000 (cinco mil) estudantes aptos a receber

614 esse recurso. Assim, fazendo a distribuição aos estudantes teríamos em torno de um aumento de
615 R\$ 10,00 (dez) durante esses meses de suspensão da atividade presencial, e caso esse período dure
616 até três meses, seriam R\$ 20,00 (vinte) ou R\$ 30,00 (trinta) reais a mais por mês, e ponderou que
617 não chega a ser um impacto muito significativo. Observou que esse recurso poderá faltar no
618 futuro, como ponderou também o diretor Odair. A pró-reitor Tatiana Weber falou sobre o assunto
619 e das opções que poderiam ser feitas. Informou um PL (Projeto de Lei) já aprovado na Câmara,
620 todavia ponderou usar recurso do FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) que é
621 direcionando ao estudante, e que seria na linha das ações de Alvorada e Viamão. No caso do
622 *Campus Sertão*, sugeriu que fosse resolvida a questão em conjunto com o município, e que o
623 importante é que cheguem esses alimentos aos estudantes, que a justificativa dos recursos seria de
624 uma forma tranquila. A professora Tatiana respondeu a pergunta do diretor Rudinei de que os
625 recursos das ações universais poderiam ser usados para complemento da alimentação, assim como
626 FDE, e orçamento dos *campi*. Sugeriu aos diretores que fizessem as aquisições com as cooperativas
627 de agricultores familiares, pois já foram feitas as chamadas públicas. Lembrou que doação para os
628 municípios somente de alimentos estocados ou que possam vencer. Por fim, a pró-reitora de
629 Administração ficou de fazer uma orientação posterior para todos sobre os assuntos discutidos. O
630 diretor Odair questionou se na recuperação das aulas haveria novo recurso. O reitor respondeu
631 que o recurso é finito, e por isso a aplicação precisa ser pensada. O pró-reitor Lucas sugeriu o
632 mesmo procedimento para todos os *campi*, uma ação articulada de todos. Ao final, o reitor
633 sugeriu que a PROEN fizesse uma proposta com a sua equipe sobre esse recurso de assistência
634 estudantil, juntamente com a professora Tatiana, e que fosse trazida ao CD em uma próxima
635 reunião para que fosse adotada uma mesma postura para todos. O pró-reitor Lucas lembrou que
636 quaisquer alterações de propostas na Política de Assistência Estudantil têm que passar pela
637 Comissão Mista de Orçamento de Assistência Estudantil (CMGOAE), e solicitou um representante
638 da fase 1 que estava faltando para a composição. O diretor Rodrigo Otávio Câmara Monteiro foi
639 indicado como novo membro na composição da CMGOAE, como representante dos *campi* da fase
640 1. Quanto a observação do diretor Rudinei pelo *chat* público de que R\$ 10,00 (dez) seriam
641 significativos para os estudantes do seu *campus*, o reitor considerou relevante a observação que
642 poderia fazer diferença esse valor, e falou que seria avaliado na proposta. **6. Edital da Pró-Reitoria**
643 **de Extensão (PROEX) sobre ações de extensão de combate a Covid-19**. A pró-reitora Marlova
644 Benedetti falou da importância das ações de extensão nesse momento, e em função de ações que

645 não poderão ser feitas, entre elas o Edital de Mobilidade Internacional e os Jogos do IFRS, foi
646 pensado na utilização do recurso para ações de combate a Covid-19. Informou que a ideia é lançar
647 o edital até no máximo na próxima quarta-feira, após a reunião do COEX (Comitê de Extensão).
648 Anunciou o valor do edital de aproximadamente R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), e
649 serão apenas auxílios, e não haverá bolsas pela questão do trabalho remoto. Relatou que o nosso
650 teto de auxílio nas resoluções está fixado em R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por
651 projeto, e por entender um valor baixo, conversou com a sua equipe da PROEX e pode ser que um
652 projeto peça mais de uma cota. Nesse momento, a pró-reitora leu algumas as ações do edital:
653 enfrentamento das conseqüências e impactos sociais e econômicos decorrentes da pandemia,
654 como por exemplo, dificuldade de acesso a alimentos; isolamento social; problemas emocionais;
655 logística; educação *online*; educação; comunicação; entre outros. O edital incluirá linhas, como por
656 exemplo, desenvolvimento de novas tecnologias para melhoria dos serviços de saúde, a saber:
657 criação de um aplicativo; desenvolvimento de *kits* para testes; produtos para assepsia; produção
658 de equipamentos de proteção individual. Além disso, poderá ter colaboradores externos e
659 estudantes voluntários, e todas as ações deverão seguir as recomendações da OMS (Organização
660 Mundial da Saúde) e as nossas próprias recomendações. As ações deverão ser feitas de forma
661 remota e caso tenham que ser presenciais serão orientadas. Por fim, se colocou à disposição e
662 solicitou aos dirigentes a ampla divulgação do edital quando for publicado. **7. Informes Gerais.** O
663 reitor abriu a palavra para considerações finais. O pró-reitor Amilton disse que o Instituto tem
664 recebido muitos pedidos aos laboratórios de química para a fabricação de álcool gel, todavia, falou
665 da dificuldade de insumos para a produção, e comunicou que a compra efetuada e anunciada na
666 última reunião foi confiscada pelo Ministério da Saúde, o pró-reitor lamentou mas entendeu como
667 justificada a situação. Às dezessete horas e trinta e quatro minutos o reitor Júlio Xandro Heck
668 agradeceu a presença de todos via web, e declarou encerrada a sessão. Nada mais a ser tratado,
669 eu, Cíntia Tavares Pires da Silva, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por
670 mim e pelos presentes. Bento Gonçalves, vinte e sete de março de dois mil e vinte.

Cíntia Tavares Pires da Silva _____

Júlio Xandro Heck _____

Alexandre Jesus da Silva Machado _____

Alexandre Martins Vidor _____

Amilton de Moura Figueiredo _____
Cláudia Dias Zettermann _____
Daniel de Carli _____
Eduardo Angonesi Predebon _____
Eduardo Giroto _____
Fábio Azambuja Marçal _____
Fabrício Sobrosa Affeldt _____
Flávia Santos Twardowski Pinto _____
Gilberto Luiz Putti _____
Jeferson Luiz Fachinetto _____
Leandro Lumbieri _____
Lucas Coradini _____
Marc Emerim _____
Marcelo Lima Calixto _____
Marlova Benedetti _____
Odair José Spenthof _____
Patrícia Nogueira Hübler _____
Rodrigo Otávio Câmara Monteiro _____
Rudinei Müller _____
Sandra Rejane Zorzo Peringer _____
Tatiana Weber _____